

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro sinaliza elevar isenção na taxaço de lucros e dividendos.....3

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes vai elevar teto de isenço para dividendos.....4

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes defende uma reforma ampla do IR.....5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSS: 486 mil indícios de irregularidades.....6

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Dados do INSS são vendidos em aplicativo de mensagens.....7

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

"É um dos problemas mais sérios que estamos enfrentando".....9

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo desbloqueia todo o Orçoamento de 2021.....10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes minimiza perdas com IR e diz que 'hora de errar é agora'.....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas estudam esvaziar caixa para evitar dividendo com imposto em 2022.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tabus tributários (2).....15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente da Câmara pressiona relator do IR a evitar prejuízo para prefeituras.....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Toque de retirada (2).....18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes diz que é 'hipocrisia se esconder atrás do pobre'.....19

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fim de supersalários entra na conta.....20

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O peso da carga tributária (2).....21

Sexta-Feira, 23 de Julho de 2021

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes defende estratégia do governo para a reforma..... 22

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sabino: em agosto devemos entregar a reforma tributária do IR na Câmara..... 23

ALÔ BRASÍLIA - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Previsões da arrecadação tributária pós-covid..... 24

O LIBERAL - ARAÇATUBA - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação da Renda (2)..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
ECONOMIA

Fundão eleitoral foi inflado sem emenda para não deixar rastro..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Novo Bolsa não está garantido, diz economista..... 28

ZERO HORA - RS - ARTIGOS  
ECONOMIA

A FARRA COM O DINHEIRO PÚBLICO (2)..... 29

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A espera da revisão..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
POLÍTICA

Ministérios já disputam gestão do FAT e do FGTS..... 31

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL  
POLÍTICA

Agenda imediata de Ciro Nogueira na Casa Civil inclui aprovação de Mendonça e acordo sobre o fundão

..... 32

# Ministro sinaliza elevar isenção na taxaço de lucros e dividendos

Anne Warth / BRASÍLIA Eduardo Laguna / SÃO PAULO  
Francisco Carlos de Assis / COLABOROU LORENN  
RODRIGUES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou ontem que aceita negociar proposta para elevar o teto de isenção na tributação de lucros e dividendos, com o objetivo de não prejudicar profissionais liberais e a classe média.

O texto da reforma do Imposto de Renda enviada pelo governo prevê a volta da taxaço com uma alíquota de 20% e um teto de isenção de R\$ 20 mil para acionistas de pequenas e médias empresas.

"Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e assalariados", afirmou Guedes, em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Essa não deve ser a única mudança na tributação de lucros e dividendos - hoje isentos de imposto.

Além do aumento do teto, o relator na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao Estadão que estuda mudanças e até uma tabela progressiva (ou seja, alíquotas diferentes, a depender do valor recebido). Nesse caso, a alíquota máxima poderia ser até maior do que os 20% originalmente propostos.

Guedes voltou a dizer que a primeira versão da reforma do IR, alvo de críticas por parte do empresariado, tinha erros na calibragem de alíquotas. "Não temos compromisso com o erro", disse ele, sugerindo que a culpa seria da equipe da **Receita Federal** pela proposta - segundo ele, uma "máquina treinada para arrecadar".

O ministro voltou a insistir na ideia de criação de um imposto sobre transações, nos moldes da antiga CPMF, como forma de desonerar as empresas de encargos sobre a folha de pagamentos - que representam, na avaliação dele, uma "arma de destruição em massa de empregos". "A hipocrisia de se esconder atrás do pobre é prática no Brasil. Foi o que aconteceu com o imposto sobre transações. Se

todo mundo pagasse imposto de transação, desoneraríamos a folha." Para ele, os encargos trabalhistas, em conjunto com o IPI, são um dos motivos da desindustrialização do Brasil.

Novo ministério. Mais cedo, o ministro da Economia comentou a indicação de Onyx Lorenzoni (DEM-RS) para o novo Ministério do Emprego e **Previdência Social** (ler mais na pág. B3), que será recriado na reformulação do gabinete que está sendo preparada pelo governo para acomodar aliados políticos do Centrão. A área, até então, estava sob o comando de Guedes, incorporada ao Ministério da Economia.

Guedes disse ainda que não acredita em reação ruim do mercado à **reforma ministerial**.

Ele ressaltou que o desmembramento do superministério e a recriação do Ministério do Emprego e **Previdência Social** não vão mudar os rumos da política econômica e a orientação liberal da equipe. "O programa de reforma tem de seguir. Conversei várias vezes com o presidente (Jair Bolsonaro) sobre pressões por ministérios, sempre nos entendemos."

I "Um pouquinho"

"Se precisar subir mais um pouquinho (o limite de isenção), sobe mais um pouco.

Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso." Paulo Guedes MINISTRO DA ECONOMIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guedes vai elevar teto de isenção para dividendos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou ontem que está disposto a elevar o teto de isenção na tributação de lucros e dividendos para não penalizar profissionais liberais e a classe média. O texto da **reforma tributária** do Imposto de Renda enviada pelo governo prevê uma alíquota de 20% na tributação de lucros e dividendos e um teto de isenção de R\$ 20 mil para acionistas de pequenas e médias empresas.

"Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e assalariados", afirmou Guedes, em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), junto com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Essa não deve ser a única mudança na tributação de lucros e dividendos - que hoje são isentos de imposto. Além do aumento do teto, o relator na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), disse que estuda mudanças e até uma tabela progressiva (ou seja, alíquotas diferentes a depender do valor recebido), com alíquota até maior do que os 20% originalmente propostos.

Guedes voltou a reconhecer que a primeira versão da reforma do Imposto de Renda, que recebeu fortes críticas do empresariado, tinha erros na calibragem de alíquotas. "Não temos compromisso com o erro", disse ele, sugerindo que a culpa seria da equipe da **Receita Federal** pela proposta, segundo ele, uma "máquina treinada para arrecadar".

Ele manifestou confiança no avanço da agenda econômica no Congresso e previu a aprovação, até o fim do ano, da privatização dos Correios e da reforma administrativa (que reformula o RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir os **servidores públicos**), além da **reforma tributária**. Ele voltou a defender o fatiamento da proposta em etapas. (EC)

**Site:**

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2021-07-23>

# Guedes defende uma reforma ampla do IR

Brasília - O ministro da Economia Paulo Guedes voltou a defender uma **reforma tributária** ampla. Durante debate sobre a reforma do Imposto de Renda (IR), realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o ministro disse que a proposta atualmente em discussão no Congresso Nacional é o "primeiro capítulo". Guedes ressaltou que, embora a versão inicial apresentada pelo governo para a reforma tenha sido "mais conservadora", o momento agora é de arriscar para o "outro lado".

Segundo o ministro, a proposta inicial do governo sempre foi de uma reforma ampla que mexesse, inclusive, com os encargos trabalhistas, mas o debate "foi interditado". O ministro disse ainda que a **reforma tributária** terá como vetores tributar lucros e dividendos e reduzir a tributação sobre as empresas, que ele classificou como "máquinas de investimentos e de geração de emprego e renda".

"Quem vamos tributar e onde vamos tributar para poder desonerar a Previdência?" questionou Guedes. "Então, uma reforma tem que ser feita aos poucos até para as pessoas refletirem. Então vamos fazer primeiro uma reforma para imposto de valor adicionado, vamos acabar com 100 regimes [de tributação] diferentes, com o IVA [Imposto de Valor Agregado]. Está no Congresso, é a CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços]", acrescentou.

O ministro disse ainda que as reformas caminham em um ritmo "satisfatório" e que o parlamento tem um viés reformista e que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também "está comprometido com a implementação das reformas".

Na semana passada, o relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou um relatório preliminar. A aprovação do texto deverá gerar uma perda líquida de arrecadação de cerca de R\$ 27 bilhões em 2022 e de R\$ 30 bilhões em 2023.

O relatório também manteve a previsão de tributação dos dividendos a 20% na fonte. Por outro lado, reduziu de 15% para 2,5% a alíquota base do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a partir de 2023.

"O segundo capítulo é sobre a renda. Vamos fazer a reforma de todos os tempos? Não, uma longa caminhada começa com um passo. Vamos tributar sobre lucros e dividendos e vamos desonerar as empresas, a máquina de acumulação de capital, inovação e tecnologia que cria empregos", disse. Se o

dinheiro ficar dentro da empresa paga só 20% de imposto, mas se quiser tirar o lucro todo aí paga 36%, mas aí a decisão é sua: se quiser tirar paga no acumulado 36% se não quiser tirar, paga 20%", exemplificou Guedes.

Encargos - Na visão do ministro, os encargos trabalhistas representam "uma arma de destruição em massa dos empregos", por onerar as empresas e que o governo vai "encarar" o debate.

"Você cria um emprego e para criar um emprego de R\$ 1.100, custa R\$ 2.000. Não a toa que cada trabalhador para ser empregado você tem que jogar outro no mar", disse.

Ao abordar a antiga intenção da equipe econômica de recriar um imposto sobre transações financeiras, Guedes disse ainda que "a hipocrisia de se esconder atrás do pobre é uma prática no Brasil".

Segundo ele, a cobrança não seria regressiva e teria um menor impacto para as pessoas mais pobres. O ministro citou como exemplo a cobrança de uma alíquota de 0,1% sobre as transações,

o que resultaria em R\$ 1 de cobrança de carga tributária e uma movimentação de R\$ 1 mil e que o valor seria maior para quem ganha mais.

Guedes disse ainda que a reforma deve ajudar a diminuir as disputas judiciais e as isenções fiscais aplicadas a diferentes setores. Segundo o ministro, o sistema tributário brasileiro é um "manicômio", que privilegia quem tem mais dinheiro e maior poder de pressão sobre o governo.

"Estamos de acordo com a reforma ampla, mas tínhamos que realmente acabar com esse manicômio tributário que temos e todo esse contencioso de um lado e as isenções de outro lado. Quem tem poder político, vem a Brasília e consegue a desoneração: R\$ 300 bi anuais e quem tem o poder econômico vai para o contencioso: prefiro pagar R\$ 100 milhões para um escritório de advocacia do que pagar R\$

1 bilhão para a **Receita Federal** e fica 10, 15 anos empurrando essa disputa", afirmou. (ABr)

# INSS: 486 mil indícios de irregularidades

**Martha Imenes martha.imenes@oglobo.combr**

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 486,2 mil supostos indícios de irregularidades em pagamentos de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que custaram ao cofre da União uma despesa de R\$ 2,18 bilhões de junho a dezembro de 2020. O Tribunal notificou o **INSS** mas, apesar do alerta, dados divulgados ontem, de nova auditoria, apontam que foram gastos mais: R\$ 2,7 bilhões com os mesmos benefícios de julho a dezembro de 2020.

Para chegar aos 486,2 mil indícios de irregularidade de junho de 2020, o TCU fiscalizou cerca 31 milhões de benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e 5 milhões de Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Os dados de julho a dezembro do ano passado, que demandaram alta de R\$ 600 milhões no período, no entanto, não foram detalhados pelo Tribunal.

O relatório de julho mostra que os benefícios de maior risco são aqueles com titular ou instituidor com inscrição nula ou marcado como falecido pela **Receita Federal**. Em segundo lugar estão os registros de titulares com a inscrição inválida ou sem preenchimento. Pagamentos de 13º salário, pensões desdobradas com valores diferentes para dependentes, benefícios superiores ao teto do Supremo Tribunal Federal, acumulação indevida de benefícios também estariam entre as irregularidades, segundo a auditoria.

Para a melhoria dos sistemas, o ministro do tribunal Bruno Dantas, relator do processo, determinou ao **INSS** que apresente um plano de ação para corrigir as irregularidades identificadas nos cadastros.

Questionado sobre as supostas irregularidades encontradas pelo Tribunal, o **INSS** informou que não se manifestaria pois ainda não foi notificado.

Tonia Galleti, coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (Sindnapi), avalia que a falta de servidores e de um sistema eficaz podem levar a erros na base de dados.

- É preciso recurso financeiro e humano para resolver muitos problemas sistêmicos da Previdência que, não necessariamente, implicam em fraude mas que podem levar a isso. No final a Previdência acaba sempre sendo tratada como vilã e moeda de troca - lamenta.

DADOS DE 2020 Técnicos do tribunal analisaram 36 milhões de benefícios, inclusive de BPC

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Dados do INSS são vendidos em aplicativo de mensagens

O que era para ser uma caixa de informações reservadas é objeto de comercialização diária em aplicativos de mensagens. Em um chat com mais de 300 correspondentes bancários do país, uma empresa que se apresenta como Minas Con-sig oferece acesso às informações do **INSS** por meio de uma plataforma paralela, onde todos os dados dos benefícios dos aposentados podem ser coletados, além de tabelas mensais de entrantes, os recém-aposentados, e serviço de obtenção de senhas para o sistema "**Meu INSS**".

Em contato com a Minas Con-sig, a reportagem, dizendo ter interesse no serviço de "extrato do **INSS** online", teve a oportunidade de testar a ferramenta oferecida. A vendedora orientou a acessar o site [pixelconsig.com.br](http://pixelconsig.com.br), repassando um login e senha específicos para que potenciais compradores façam testes e testemunhem a eficácia.

Uma vez dentro da plataforma, basta digitar o número do CPF ou do benefício de qualquer idoso: o banco de dados paralelo apresenta em tempo real informações como o valor da aposentadoria, a margem consignável disponível, os empréstimos já realizados e os dados bancários. Também é indicada a data de início do recebimento do benefício. Até um "extrato de pagamentos" oficial do **INSS**, timbrado e contendo informações privadas, é possível de ser acessado e impresso na plataforma da Minas Consig, chamada Pixel Consig.

A empresa cria um login e senha para cada um dos seus clientes e vende o serviço pela quantidade de consultas. No pacote mais caro, mil acessos a dados sigilosos de idosos custa R\$ 1,2 mil. A reportagem não concretizou nenhuma compra.

Com o histórico previdenciário vazado, os fraudadores dispõem das informações necessárias para digitar, sem o consentimento das vítimas, os empréstimos consignados nas plataformas virtuais dos bancos.

Planilha Na página inicial do Pixel Consig a consulta às informações deve ser feita a partir da digitação do benefício previdenciário ou do CPF de um aposentado. Caso um possível golpista esteja sem nenhum número para consultar, ele pode novamente buscar socorro junto à Minas Consig. Ela oferece a venda de listas mensais de entrantes no **INSS**, ou seja, os novos

aposentados.

Uma planilha de Excel, a título de demonstração, foi enviada à reportagem pela empresa para mostrar como funciona o sistema.

A listagem era de entrantes de janeiro de 2021 e continha diversas informações de 29 pessoas, como o número do benefício e do CPF. As listas também trazem o valor da aposentadoria e os números de telefone.

Dos 29 nomes vazados, cinco eram do Rio Grande do Sul. A reportagem conseguiu contatar três deles, atestando a procedência das informações.

As listas de entrantes dos meses de abril e maio de 2021 estavam à venda por R\$ 350, com informações de cerca de 150 mil aposentados, afirmou a representante da Minas Consig, que se comunica com telefone da área 37, interior de Minas Gerais.

O delegado Josemauro Pinto Nunes, chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, da Polícia Federal (PF), alerta que as possíveis condutas delituosas, além de alcançar quem vaza e comercializa os dados, atingem também aqueles que os adquirem no mercado clandestino.

- Estamos falando de dois crimes. O primeiro é receptação, já que ocorre acesso a informações protegidas por sigilo. E, caso isso seja usado para cometer outro crime, como pedir empréstimo consignado em nome de terceiro, é fraude contra o aposentado e também contra o banco. Em última instância, a instituição financeira vai arcar com o prejuízo - avalia o delegado.

Contrapontos 0QUEDIZ0C6 BANK "É signatário das iniciativas de autorregulação da Febraban desde outubro de 2020 e está comprometido com os esforços da indústria para ampliar os padrões de qualidade na contratação do crédito consignado. Como parte das medidas preventivas adotadas pelo mercado como um todo, advertências, além de suspensões temporárias e definitivas de operação, são constantemente aplicadas pelos bancos associados à Febraban sobre os correspondentes. Em relação a medidas específicas por parte do C6 Consig, em abril, o banco incluiu novo protocolo para a formalização dos contratos de crédito

consignado, que é a prova de vida biométrica na formalização de 100% dos contratos. Trata-se de ferramenta extremamente moderna e que objetiva otimizar e maximizar as medidas de segurança em benefício ao consumidor.

Apuramos todos os casos de contratações com problemas e damos a elas o devido tratamento. O C6 Consig sempre esteve comprometido com o atendimento de todos os consumidores. Nas nossas centrais de atendimento, 95% das ligações são atendidas em até 10 segundos (o atendimento é feito por uma pessoa, não por um robô).

Aproveitamos este espaço e a oportunidade para enfatizar a importância de os consumidores procurarem sempre os canais oficiais do banco, seja para dirimirem dúvidas a respeito do crédito consignado, seja para evitar golpes com o pagamento de boletos falsos. Também afirmamos aqui nosso respeito ao consumidor. Estamos comprometidos com a resolução de todos os casos e nenhum cliente jamais terá prejuízo financeiro." OQUEDIZOITAÚ "Está atento às necessidades dos seus clientes e mantém processo de melhoria contínua para a oferta e contratação de crédito consignado. Com relação ao credenciamento e à manutenção de correspondentes bancários, o Itaú esclarece que adota critérios rigorosos de seleção e controle, além de monitorar constantemente a conduta de seus correspondentes e, em caso de irregularidades, realiza o bloqueio ou o descredenciamento dos responsáveis. Em relação ao processo em questão (da Senacon), o banco entende que foram desconsiderados argumentos relevantes, que demonstram a inexistência de qualquer responsabilidade nas práticas relatadas. Por esta razão, recorreu da decisão." OQUE DIZ O BANCO DAYCOVAL "Reitera o seu compromisso com os consumidores e em adotar procedimentos rigorosos para coibir práticas inadequadas. Sendo assim, informa que, nos últimos três meses, realizou processo completo de digitalização que inviabiliza qualquer possibilidade de fraude por parte dos correspondentes bancários. Contudo, caso algum consumidor se sinta prejudicado em qualquer situação, solicitamos que entre em contato com nossa central de atendimento imediatamente. O banco se coloca à disposição para prestar esclarecimentos sempre que necessário." OQUEDIZOINSS "Orienta que reclamações ou denúncias sobre empréstimo consignado, bem como situações de assédio comercial de instituições financeiras, devam ser registradas de imediato no Portal do Consumidor, no endereço [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br). Quando existe esse tipo de fraude, o **INSS** colabora com as investigações que são realizadas pela Polícia Federal." OQUE DIZ AMINASCONSIG Procurada, a empresa não respondeu até o fechamento desta edição.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2022029#page/1>

## "É um dos problemas mais sérios que estamos enfrentando"

Houve explosão de casos da fraude do empréstimo consignado a partir do segundo semestre de 2020. Como a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) vê a situação?

É um dos problemas mais sérios que estamos enfrentando. É tema prioritário na Senacon. Acendeu o sinal amarelo. Neste ano, seguimos atuando em três frentes importantes: monitoramento do mercado e do produto, encaminhamento para outros órgãos reguladores, como **INSS**, Banco Central e instituições financeiras, e também temos aplicado sanções em casos em que ficou comprovada a responsabilidade das instituições financeiras.

Uma das fraudes mais comuns ocorre quando correspondentes bancários usam documentações sem autorização e digitam os contratos nas plataformas dos bancos. Como coibir?

O ponto é justamente esse. O que estamos trabalhando com as instituições financeiras é para garantir a dupla checagem, assegurar que os dados estão sendo utilizados com a anuência do consumidor. Algumas instituições já vieram nos apresentar mecanismos de inteligência que vão fazer o reconhecimento facial do idoso. Isso vai criar um sistema mais seguro para que a comercialização do produto seja feita realmente pelo detentor dos dados, e não por caso de fraude.

A Senacon já multou bancos por entender que ficou comprovada a prática de fraude em empréstimos consignados.

A via sancionatória é um modo de responsabilizar as instituições financeiras que não resguardam os direitos do consumidor. Foi nesse sentido que, nas últimas semanas, a Senacon condenou instituições financeiras por ofertas abusivas de crédito consignado e uso irregular de dados de consumidores. A equipe do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor identificou que esses bancos não estavam garantindo que as informações e dados compartilhados indevidamente não fossem utilizados por aqueles que aplicam os golpes. No total, foram mais de R\$ 29 milhões de multas (para cinco bancos com atuação nacional). A Senacon lançou força-tarefa com o **INSS** e com o Ministério da Economia para estudar formas de ranqueamento dos infratores contumazes. Além

disso, trabalhamos com campanhas educativas e guias de boas práticas.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2022029#page/1>

# Governo desbloqueia todo o Orçamento de 2021

## **Agência Brasil**

A diminuição de diversas estimativas de gastos obrigatórios criou espaço no teto federal de gastos e fez o governo desbloquear todo o Orçamento de 2021. Segundo o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado nessa quinta-feira (22) pelo Ministério da Economia, a equipe econômica liberou os R\$ 4,522 bilhões que estavam contingenciados desde a sanção do Orçamento, em abril.

A pasta mais beneficiada foi o Ministério da Educação, com R\$ 1,558 bilhão liberados. Em seguida, vêm os ministérios da Economia (R\$ 830,5 milhões), da Defesa (R\$ 671,7 milhões) e do Desenvolvimento Regional (R\$ 382,7 bilhões). Da verba que estava bloqueada, R\$ 2,8 bilhões poderão ser liberados para gastos discricionários (não obrigatórios), como investimentos (obras e compras de equipamentos). O relatório também aumentou em R\$ 25,44 bilhões, de R\$ 99,495 bilhões para R\$ 124,935 bilhões, a previsão de créditos extraordinários.

Fora do teto de gastos, os créditos extraordinários estão relacionados aos gastos com o enfrentamento da pandemia de covid-19. A ampliação de R\$ 25,44 bilhões está relacionada à prorrogação do auxílio emergencial por três meses. O benefício, que acabaria neste mês, foi estendido até outubro.

## Teto de gastos

Enviado a cada dois meses ao Congresso, o Relatório de Receitas e Despesas orienta a execução do Orçamento. O documento baseia-se na previsão de parâmetros econômicos, no desempenho da arrecadação e nas estimativas de gastos para contingenciar (bloquear) ou liberar verbas.

Neste relatório, o principal fator que permitiu o desbloqueio dos recursos foi a revisão para baixo, em R\$ 16,826 bilhões, das despesas sujeitas ao teto de gastos. No documento anterior, divulgado no fim de maio, a previsão de gastos estava em R\$ 4,522 bilhões (exatamente o valor liberado hoje) acima do limite. Os principais gastos reestimados para baixo foram o Bolsa Família (-R\$ 9,496 bilhões, por causa da recriação do auxílio emergencial), as despesas com o funcionalismo (-R\$ 3,022 bilhões), a redução de subsídios para o Financiamento Estudantil (-R\$ 1,756

bilhão) e a redução dos demais subsídios e subvenções (-R\$ 905,5 bilhões). A equipe econômica também reduziu em R\$ 891 milhões a estimativa de gastos com benefícios da **Previdência Social**, ainda decorrente da reforma da Previdência.

## **Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=116601>

# Guedes minimiza perdas com IR e diz que 'hora de errar é agora'

**Fábio Pupo**

O ministro Paulo Guedes (Economia) voltou a minimizar a perda anual de R\$ 30 bilhões dos cofres públicos com a proposta que altera o Imposto de Renda formulada por ele e pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Para o titular da equipe econômica, "a hora de errar é agora".

"Nós vamos para o risco, preferimos errar para o outro lado [corte de receitas]. Se tiver que errar, a hora de errar é agora", afirmou durante debate realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O ministro defende que o crescimento da arrecadação observado em 2021 autoriza ele a "arriscar" perda de recursos com as mudanças, que serão observadas de forma permanente a partir de 2022. "[A arrecadação está vindo] R\$ 200 bilhões acima [de 2020]. Será que eu não posso arriscar R\$ 30 bilhões?", disse.

Analistas vêm criticando a ideia porque ela usa um fator de caráter não-recorrente (melhora nas receitas neste ano) para embasar uma perda com efeitos permanentes.

Guedes conhece as críticas. Mas afirma que a arrecadação não vai voltar a cair nos próximos anos mesmo que o **PIB** (Produto Interno Bruto) do país não cresça. Desta vez, no entanto, ele adicionou um adendo às declarações: "mas também não caia".

"Ah não, mas isso é temporário e ano que vem...! Não, quem conhece a economia sabe que a arrecadação depende do nível. Se eu crescer zero nos próximos três anos, mas também não caia, o nível de arrecadação é esse. Tem R\$ 200 bilhões a mais lá", disse.

No primeiro semestre, a arrecadação federal ficou R\$ 176 bilhões, ou 24%, acima de igual período do ano passado (já descontada a **inflação**). Os R\$ 897 bilhões obtidos foram o melhor resultado em 22 anos.

Mas, conforme mostrou a Folha, economistas apontam que a melhora vista em 2021 está ligada a fatores não assegurados para os anos futuros, como a própria melhora na economia na comparação com o ano de chegada da pandemia, o preço das commodities e até

o padrão de consumo na crise -mais voltado a bens (em geral, com taxaçoão mais elevada do que serviços).

Há dúvidas sobre o comportamento da economia e das receitas nos anos seguintes -em especial considerando os impactos da crise energética e as incertezas sobre a recuperação da economia em meio à persistência da Covid-19 no país. Por isso, contar com essa elevação para respaldar um programa permanente é questionado por especialistas, que apontam que o ideal é uma proposta que não tenha impacto fiscal negativo.

O país está no vermelho desde 2014 e atingiu um rombo recorde em 2020 devido às medidas anticrise da Covid-19. A dívida bruta do governo é de R\$ 6,7 trilhões -o que representa 84,5% do **PIB**. O endividamento é pago pelo país como um todo.

O buraco na arrecadação pode ser ainda maior se as medidas de compensação previstas na proposta não forem integralmente aprovadas no Congresso. Entre elas, estão a imposição do teto de salário para **servidores públicos**, a taxaçoão de auxílios no funcionalismo e a retirada de diferentes subsídios para grupos empresariais.

Estados e municípios reclamam que praticamente toda a perda gerada pela proposta vai ficar com eles. Em cartas públicas, eles atacaram a proposta e secretários estaduais de Fazenda a chamaram de "atentado".

Para conquistar apoio de governadores e prefeitos, Sabino, relator da proposta, sugeriu criar uma garantia para que eles não percam arrecadação.

"Nós estamos oferecendo ao Ministério da Economia, e ele está muito sensível a uma ideia que vamos discutir. Para colocarmos um hedge [espécie de seguro] para nenhum estado ter redução no FPE e FPM [fundos de participação de estados e municípios, respectivamente]. E assim agradar gregos e troianos", afirmou Sabino.

Guedes não mencionou a sugestão diretamente, mas mostrou contrariedade com a proposta de gerar uma garantia a estados.

"Nós somos federalistas, queremos ajudar estados e municípios. Mas não pode haver um abuso nisso, em querer fazer um acordo dos **impostos** em cima de garantias da União", disse Guedes. "Eu já vivi esse troço antes. Vamos dar os repasses como damos, mas sabemos até onde podemos ir. Não podemos, para ficar bem com outra instância da federação, destruir o futuro de nossos filhos e netos, nosso compromisso com a estabilidade fiscal", afirmou o ministro.

Guedes aproveitou para reforçar sua defesa pela taxação de dividendos e pelo fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (os JCP, recursos distribuídos a acionistas e que geram desconto na base de cálculo de **impostos** das empresas).

No caso dos dividendos, Guedes sinalizou que pode haver uma isenção maior do que a prevista. "Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso", afirmou.

A proposta prevê atualmente a tributação de 20% sobre dividendos pagos para fora do grupo econômico, sendo que há uma isenção de R\$ 20 mil por mês caso o pagamento seja feito por micro e pequenas empresas. O relator já mencionou outras possibilidades de mudança nesse ponto, como um menor patamar de isenção .

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

97

# Empresas estudam esvaziar caixa para evitar dividendo com imposto em 2022

**Daniele Madureira**

O empresariado brasileiro já estuda uma maneira de reagir ao início da taxaço de 20% sobre os dividendos, conforme previsto no projeto de lei que apresenta a segunda fase da reforma tributária.

Segundo grandes escritórios de advocacia ouvidos pela Folha, que atendem algumas das maiores empresas do país com planejamento tributário, as companhias estudam esvaziar o caixa este ano, antecipando o pagamento dos dividendos. Algumas pensam até em pegar empréstimo para remunerar os acionistas.

Um dos efeitos colaterais dessa prática seria uma disparada no câmbio, uma vez que muitas filiais de multinacionais enviariam às suas respectivas matrizes, ao mesmo tempo, os dividendos de uma só vez.

Tanto o PL 2.337/21, apresentado no final de junho pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto o seu substitutivo, preparado pelo relator da reforma do Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDB-BA), não preveem um período de transição para adoção do imposto sobre os dividendos, que já valeria para 2022.

Segundo o advogado Ricardo Maitto, sócio na área de planejamento tributário do escritório Tozzini Freire, este é o ponto de maior preocupação das companhias.

"O Brasil pode viver uma situação esdrúxula", diz Maitto. "As empresas pagariam 20% sobre os dividendos para os acionistas, um desembolso feito ao longo de 2022 sobre os resultados de 2021, ou mesmo sobre resultados represados, de anos anteriores, enquanto estariam arcando com a atual carga tributária de 34% [que engloba 25% de IRPJ e 9% de CSLL] sobre o exercício de 2021. São mais de 50% de imposto", afirma.

Isso porque o valor sobre o qual é apurado o imposto da companhia é fechado em 31 de dezembro, encerramento do ano fiscal. O pagamento dos impostos ocorre em janeiro.

Se este cenário se confirmar, diz Maitto, muitas grandes empresas, multinacionais inclusive, estariam dispostas a zerar o seu caixa em 2021, pagando dividendos antecipadamente, para não arcar com os

20% de imposto no ano que vem.

"Algumas companhias estudam até pegar empréstimo em banco para antecipar o pagamento este ano", diz.

Na opinião do tributarista, a medida geraria efeitos colaterais sobre a economia. "Com o caixa esvaziado, não haveria capital para fusões e aquisições ou crescimento orgânico", afirma. "Fora isso, se muitas multinacionais decidissem enviar, de uma vez, seus lucros para as respectivas matrizes, haveria um impacto importante no câmbio, o dólar iria disparar".

Maitto afirma que o Tozzini Freire tem feito uma série de estudos de impacto para os clientes, na tentativa de traçar estratégias para o próximo ano fiscal, a partir do que foi apresentado até agora pelo governo.

Na quarta-feira (21), em reunião com empresários na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Celso Sabino afirmou que a faixa de isenção de até R\$ 20 mil para tributação de dividendos deve ser mantida, mas pode ser ampliada no caso de empresas pertencentes a um mesmo grupo, coligadas ou micro e pequenos negócios de uma mesma família.

Para Bruna Marrara, sócia tributária do escritório Machado Meyer Advogados, o mercado já está encarando a tributação do dividendo como certa e estuda alternativas para não arcar com o ônus já no próximo ano.

"É a tributação do saldo do lucro, um ponto muito controverso da reforma", diz ela. "Você diz que a lei já passa a valer em 2022, mas vai distribuir o lucro dos anos anteriores. Não há salvaguarda do lucro gerado no regime anterior", afirma.

Neste caso, segundo Bruna, o mecanismo de tributação dos dividendos é por retenção na fonte. "A companhia recolhe, mas o ônus financeiro é do acionista", afirma. "Se os dividendos somam R\$ 100, por exemplo, a companhia recolhe R\$ 20, paga o imposto, e chegam R\$ 80 ao acionista".

A advogada lembra que, até 1995, os dividendos eram tributados em até 15%. Mas a lei 9.249/95 tornou o ganho isento, e houve um período de transição, diz. "A lei entrou em vigor em 1995 e somente o lucro gerado a partir de 1996 passou a ser isento".

Em um cenário sem período de transição para a nova lei, vale mais para as empresas emitirem debêntures, ou seja, se endividarem, do que partirem para uma abertura de capital na Bolsa (IPO), diz Bruna. Na oferta primária, ações são vendidas pela empresa com objetivo de gerar caixa. "A nova lei, da maneira como está, gera impacto na estrutura de capital das companhias", afirma.

"Tem gente tendo ideias mirabolantes, como pagar remuneração via planos de previdência privada", diz Luiz Eguchi, diretor de **impostos** da auditoria e consultoria empresarial Mazars. "Algumas empresas, porém, têm prejuízos acumulados. Elas estudam absorver as perdas este ano, para liberar patrimônio líquido a fim de distribuir os dividendos".

Segundo Eguchi, a consultoria já foi provocada por empresas para estudar essas possibilidades. Mesmo um empréstimo poderia ser mais vantajoso do que pagar o dividendo de 20%. "A despesa financeira gerada pela empresa pode ser considerada dedutível do Imposto de Renda. Ainda assim, a Receita pode questionar essa despesa", diz.

Outro efeito colateral de zerar o caixa, na opinião do diretor da Mazars, é a possibilidade de comprometer o pagamento para fornecedores no próximo exercício.

"A situação está muito confusa", diz Vander Giordano, vice-presidente institucional da Multiplan, uma das maiores administradoras de shopping centers do país. "Nós ainda estamos estudando o cenário e vamos aguardar a versão que será colocada em votação pelo relator, com novas mudanças", diz o executivo, que participou na quinta-feira (22) do evento "Os Impactos Econômicos da **Reforma Tributária**", promovido pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), que teve a participação de Paulo Guedes.

Para o presidente da JSL Logística, Ramon Alcaraz, é "inteligente" retirar imposto do lucro bruto e passar para os dividendos. "Isso incentiva o reinvestimento na empresa, é o que acontece na maioria dos países", diz o executivo.

"Até no Paraguai, onde temos operações, as empresas pagam menos imposto sobre o lucro bruto e o sistema tributário é mais simples", afirma. "O que não faz sentido é aumentar a carga efetiva sobre as companhias", diz ele.

A JSL também vai aguardar a proposta final do relator para decidir o que fazer.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

## Tabus tributários (2)

*Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research*

**Reforma tributária** do governo caminha para a gaveta ou uma megadesoneração

A **reforma tributária** do governo caminha para a gaveta ou uma megadesoneração.

A proposta de mudança da tributação indireta, unificando o PIS e a Cofins em uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com alíquota única no destino e aproveitamento integral de **tributos** pagos na compra de insumos, é o caminho certo, mas encontra barreira em vários setores hoje desonerados.

A proposta de mudança da tributação direta, com desoneração do lucro retido e oneração do lucro distribuído, também estava na direção correta, mas nas últimas semanas a iniciativa se transformou em um festival de benesses para altos rendimentos do capital, com perigo de adotarmos a hipótese furada de que desonerar os super-ricos beneficia toda a economia.

Se a reforma racional e justa não ocorrer nos próximos quatro meses, o cenário mais provável, os temas levantados pelas Receita certamente voltarão na campanha de 2022 e farão parte da agenda de governo a partir de 2023, seja qual for o resultado eleitoral do ano que vem.

Reformar e aumentar **tributos** é assunto técnico e político, altamente impopular, mas ainda assim necessário para que o Brasil saia do atoleiro dos últimos 40 anos.

Parte de nosso baixo crescimento não vem do sistema tributário, que penaliza a industrialização, a inovação, a exportação e a formalização do mercado de trabalho, além de concentrar renda. Levará algum tempo para sairmos da atual confusão tributária, e, nesse processo, será preciso enfrentar pelo menos três tabus das últimas décadas.

Primeiro, tributação indireta boa é tributação indireta simples, mesmo que isso seja regressivo. Todos os bens e serviços devem pagar a mesma alíquota, independentemente do uso, produtor ou comprador. Isso significa, por exemplo, tributar livro e comida, tratar combustível usado em transporte urbano da mesma forma que combustível usado em transporte

pessoal, e assim em diante.

Como alíquota única é altamente regressiva (os mais pobres pagam relativamente mais), sua adoção deve vir acompanhada da ampliação e aperfeiçoamento de programas de transferência de renda às famílias de baixa renda e subsídios para setores ou atividades que o governo considerar prioritários.

Tributar igual e transferir diferenciadamente é difícil? Sim, mas ainda assim bem menos problemático do que desonerar quem tem mais poder de pressão em nome de transferir recursos para atividades ou fins nobres.

Segundo, a tributação de renda pessoal deve incidir uniformemente sobre toda a renda pessoal, não importa a fonte dos recursos. A alíquota de Imposto de Renda deve ser a mesma sobre salário, aluguel, juro, dividendo e outras fontes de recurso.

Cada fonte de renda pode e deve ter alíquota específica de retenção na fonte, mas todas as fontes de renda devem ser consolidadas na declaração anual de IR, na qual cada um poderá compensar o imposto pago do imposto devido, sendo o imposto devido calculado com base em uma tabela progressiva comum a todos os brasileiros.

Terceiro, para construir um amplo programa de seguro de renda, no qual ninguém é invisível e todos possam eventualmente receber renda básica, é preciso que todos declarem renda. Em outras palavras, é preciso unificar os cadastros da Receita e de todos os programas sociais do governo.

A evolução natural da economia para um sistema de pagamento 100% eletrônico torna essa mudança possível, mas, assim como os dois pontos anteriores, a implementação requer superar o tabu de que só rico declara renda à Receita no Brasil.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49597>

# Presidente da Câmara pressiona relator do IR a evitar prejuízo para prefeituras

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA / COLABORARAM ANNE WARTH, EDUARDO LAGUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS**

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas- AL), cobrou do relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), uma saída para contornar a insatisfação de prefeitos à proposta. O objetivo é que o texto seja votado em agosto, logo depois do fim do recesso parlamentar.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima uma perda de R\$ 13,1 bilhões com o parecer do relator e diz que prepara a divulgação de uma lista com a perda de arrecadação estimada para cada um dos 5.570 municípios brasileiros, caso o texto seja mantido como está.

Entre outras medidas, o parecer estabelece uma redução de 25% para 12,5% da alíquota do Imposto de Renda das empresas, com impacto sobre a receita repassada aos governos regionais.

Pela Constituição, a arrecadação com o IR tem de ser obrigatoriamente compartilhada com municípios (que ficam com 24,5% da receita total) e com os Estados (que têm direito a outros 21,5%).

A preocupação do presidente da Câmara é de que os prefeitos, que têm uma articulação muito azeitada com os deputados federais, acabem gerando um movimento para barrar a votação às vésperas de ano eleitoral.

A conversa entre Lira e Sabino, que ocorreu esta semana, já começou a dar resultados. Ontem, o relator acenou com mudanças para evitar que os prefeitos e os governadores tenham perdas com a mudança no IR.

Como mostrou o Estadão, dos R\$ 30 bilhões de perda prevista na arrecadação com a reforma, R\$ 27,4 bilhões sairão dos cofres estaduais e municipais.

Em live organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Sabino disse que deve incluir no projeto um dispositivo para proteger os Estados e municípios de eventuais perdas em repasses federais, uma

espécie de seguro - ou "um hedge", nas palavras do relator -, para que nenhum governo tenha prejuízo com a eventual queda de arrecadação dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Além de o parecer contar com uma queda de R\$ 30 bilhões de receitas sem compensação, boa parte do corte de renúncias previsto para contrabalançar as perdas envolve incentivos dados em **tributos** que não são divididos com os Estados e os municípios.

"Nós respeitamos muito o bom diálogo com o presidente da Câmara e temos de manter, mas nesse projeto, tecnicamente, constatamos que há uma perda substancial na arrecadação do fundo de participações. Não podemos concordar", disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Ele se ressentiu de a entidade não ter sido chamada até agora para conversar com o relator.

Ziulkoski diz que a proposta faz o contrário do que costuma pregar o ministro da Economia, Paulo Guedes, de "Menos Brasília e mais Brasil", uma referência a uma maior repartição de recursos da União com os governos regionais. Ele sugeriu que se tributem mais os lucros e dividendos para compensar a perda com a redução do IR das empresas.

CSLL. O diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), André Horta, afirma que seria fácil o relator resolver o problema. Segundo ele, bastaria transferir parte da redução que ele pretende fazer com o IR para a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que também incide sobre o lucro das empresas, mas cuja arrecadação não é dividida com Estados e municípios - fica tudo com a União.

Por exemplo, a alíquota atual da CSLL cairia de 9% para 5%, reposicionando o IRPJ com uma queda menor.

Horta também defende a reversão da possibilidade de isenção de distribuição de lucros entre empresas coligadas, medida que foi antecipada pelo relator em entrevista ao Estadão publicada no domingo passado. "Assim, se chega lá", sugeriu. Para ele, reposicionar as alterações para a CSLL conferiria uma constitucionalidade ao projeto em dois aspectos: tanto na preservação do pacto federativo quanto do princípio

da capacidade contributiva (da progressividade, ou seja, aumentar o tributo dos mais ricos). "A CSSL é um tributo não compartilhado com os demais entes, então as alterações desse tributo num projeto da União não ofendem o pacto federativo", avaliou.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Horta considera importante o aceno do relator porque permitiria retornar a discussão aos "trilhos da constitucionalidade", evitando, segundo ele, discussões jurídicas posteriores de Estados e municípios que poderiam perder arrecadação.

O Comsefaz divulgou na semana passada uma carta na qual diz que a reforma do IR deveria ser rejeitada completamente.

O relator respondeu com uma lista de medidas feitas durante o governo Bolsonaro que aumentaram os repasses para os governos regionais, sobretudo durante a pandemia da covid-19. Na ocasião, Sabino disse que todos ganhariam porque a arrecadação iria aumentar mais como resultado do impacto da queda mais acentuada do imposto para as empresas.

Guedes. "Somos federalistas, queremos ajudar Estados e municípios, mas não pode haver abusos", disse ontem o ministro da Economia, ao falar sobre a resistência dos prefeitos e governadores à reforma. Segundo o ministro, a conversa com os governos regionais "não é tão suave".

"Teria sido grande equívoco entrar na tal **reforma tributária** ampla. Não seria aceita por 5 mil prefeitos", disse. De acordo com ele, o apoio de governadores só teria sido conquistado ao custo da criação de um fundo de R\$ 500 bilhões para compensar Estados por eventuais perdas - um "abuso", em sua avaliação.

Abordado, Guedes dá dinheiro a desempregado

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi abordado (foto 1) ontem, quando saía de um encontro com o presidente, por um desempregado que pediu ajuda; em resposta, o ministro deu a ele, no mínimo, uma nota de R\$ 50 (foto 2). Depois, o homem saiu correndo. Segundo o IBGE, o País tem hoje 14,8 milhões de desempregados.

I Reclamação

"Respeitamos o bom diálogo com o presidente da Câmara, mas nesse projeto tecnicamente constatamos que há uma perda substancial na arrecadação do fundo de participações.

Não podemos concordar." Paulo Ziulkoski  
PRESIDENTE DA CNM

## Toque de retirada (2)

**ROGÉRIO L. F. WERNECK, ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO**

Salta aos olhos a escalada de dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela condução da política econômica nos últimos meses, em decorrência da perda de ascendência do governo sobre o Congresso. Basta ter em conta episódios recentes mais marcantes para discernir os contornos de um processo, cada vez mais claro, de avanço do Centrão sobre a condução da política econômica.

Não é que o governo tenha perdido o controle do Congresso para a oposição. Longe disso. O que se observa é algo bem distinto. Fragilizado como está, o governo perdeu ascendência sobre o bloco parlamentar que supostamente lhe dá apoio. Matérias de seu interesse acabam, sim, sendo aprovadas pelo Congresso. Mas sempre à moda do Centrão. O governo já não tem como impedir que sejam brutalmente desfiguradas.

É o que fica claro quando se tem em conta os episódios do orçamento secreto, da pilhagem da privatização da Eletrobrás e, agora, da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com amplo espaço para reedição do orçamento secreto, em 2022, e triplicação do financiamento público de partidos políticos nas eleições do ano que vem.

Já era tempo de o Ministério da Economia ter-se dado conta da extensão dessa vulnerabilidade tão séria a que está claramente exposta a condução da política econômica. E, dessa perspectiva, é fácil perceber quão temerária foi a decisão do governo de enviar ao Congresso, justo agora, um projeto tão complexo de reforma da tributação direta no País.

Mesmo que se tratasse de projeto cuidadosamente concebido e bem articulado, sobre o qual o governo tivesse inabalável convicção, ainda teria sido decisão imprudente, tendo em conta o alto risco de que, nas atuais circunstâncias, as medidas propostas acabassem desfiguradas no Congresso. Tendo em vista, contudo, que não se trata em absoluto de um projeto bem concebido e que, sobre ele, nem mesmo o Ministério da Economia se mostra convicto, a decisão já não pode ser considerada meramente imprudente. Só pode ser percebida como deplorável temeridade.

Constatados os furos, as inconsistências e as

desarticulações do projeto, o que agora se vê é o complexo sistema de tributação de renda pessoal, lucros e aplicações financeiras no País sendo drasticamente reconcebido pelo Centrão, ao sabor de uma pororoca de lobbies de todo tipo. No Congresso, brinca-se com dispositivos e parâmetros tributários com a mesma leveza com que uma criança encaixa peças de um jogo de armar, ao acaso, sem maiores preocupações com o que está sendo montado.

Não é excesso de pessimismo **temer** que disso dificilmente sairá um sistema de tributação direta melhor do que o que hoje se tem.

Vendo-se agora relegado a mero coadjuvante na tramitação da reforma no Congresso, o ministro da Economia tem razões de sobra para estar alarmado com o desfecho que poderão ter as negociações no Legislativo quando, afinal, o projeto for votado em plenário, na Câmara e no Senado.

Tudo indica que o presidente, devidamente alertado, já compartilha dessa apreensão. Há poucos dias, Bolsonaro achou oportuno esclarecer que, a seu ver: "Houve um exagero por parte da Economia na **reforma tributária**, já está sendo acertado com o relator. Realmente, a Receita, no meu entender, como é muito conservadora, foi com muita sede ao pote". E acrescentou: "Mesmo sendo projeto meu, se passar no Congresso e chegar para mim aumentando a carga tributária, eu veto" (O Globo e Estadão, 21/7).

A ameaça de veto é uma solução descabida. Mas ainda há tempo de evitar o pior. Não é a primeira vez que o governo constata que submeteu ao Congresso um projeto equivocado e impensado. Quando isso ocorre, a solução natural é a simples retirada do projeto. É inegável que há muito o que aprimorar na legislação de Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas. Mas, nas atuais circunstâncias, o que de melhor o governo poderia fazer é retirar o projeto do Congresso e deixar a reforma que faria sentido para momento mais oportuno.

Se o Centrão consentir, é claro.

**ROGÉRIO L. F. WERNECK, ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO**

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guedes diz que é 'hipocrisia se esconder atrás do pobre'

**FERNANDA TRISOTTO**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a mencionar a necessidade de desonerar a folha de pagamentos e rebateu críticas à proposta de imposto sobre transações financeiras, que compensaria a redução de encargos trabalhistas. Ele disse que há hipocrisia em se esconder atrás do pobre para discutir a questão.

Nos moldes da antiga CPMF, o tributo é considerado regressivo. Como a mesma alíquota vale para toda a população, independentemente de patrimônio ou renda, os mais pobres acabam pagando mais proporcionalmente.

-A hipocrisia de se esconder atrás do pobre é uma prática no Brasil. Quando falamos do imposto de transação aconteceu isso -disse o ministro em evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre reforma tributária.

Guedes argumentou que a cobrança de uma alíquota de 0,1% sobre transações financeiras não pesaria no bolso do cidadão e possibilitaria a desoneração da folha:

-Cobrar 0,1% de um salário mínimo dá R\$ 1. Então a gente faz o seguinte: aumento geral do salário do país, todo mundo R\$ 1 para cima. Pode cobrar agora ou vamos dizer que é regressivo? Isso é uma covardia, uma hipocrisia se esconder atrás do imposto. Se todo mundo pagasse, desoneraríamos, por exemplo, a folha.

## SEM MEXER COM MÉDICO

O ministro, no entanto, afirmou que entendeu o recado contrário ao andamento da proposta e ponderou que uma reforma robusta pode exigir tempo para a reflexão.

Ele também indicou que pode subir a faixa de isenção da taxa de dividendos para não mexer com "dentista, médico, profissional liberal". Essas categorias seriam afetadas com a cobrança de imposto sobre dividendos e pressionam por mudanças no texto apresentado pelo governo ao Congresso.

-Quero agradecer o apoio de todo mundo que está nos

ajudando, levando sugestões, dizendo "ó cuidado que isso aqui isso é errado". Eu começo as conversas sempre muito francamente, e falo: pessoal, pago 20% do dividendo. "Ah não, mas vai pegar os profissionais liberais". Isenção até R\$ 20 mil, pronto. Se precisar até subir um pouquinho, sobe mais um pouco -disse.

A reforma em discussão na Câmara prevê taxa de 20% sobre dividendos, mas estabelece uma faixa de isenção de R\$ 20 mil mensais. Essa faixa é voltada exclusivamente para empresas pequenas e médias, como as do Simples e do MEI.

Profissionais como médicos e advogados costumam receber seus vencimentos por meio de dividendos, que são isentos desde 1995.

- Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal. Não é isso. Não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e os assalariados - disse Guedes.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Fim de supersalários entra na conta

Relator da **reforma tributária**, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou que colocou no novo texto da proposta os recursos que poderão ser arrecadados com o fim dos supersalários no funcionalismo público (medida aprovada na Câmara e que precisa de aval do Senado). A declaração foi feita em evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação Brasileira de Bancos.

O relator disse que foi fechada conta em que faltava R\$ 30 bilhões. Então, disse, "oferecemos o fim da isenção de moradia e transporte de todos agentes públicos". Segundo Sabino, há perspectiva de alta da arrecadação, o que cobriria esses R\$ 30 bilhões nos próximos anos.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2022029#page/1>

## O peso da carga tributária (2)

**Rogério Gallo é procurador e Secretário de Estado de Fazenda**

Recai sobre o Congresso Nacional um grande desafio: realizar uma **reforma tributária** que redistribua a incidência sobre as bases tributárias observando a capacidade contributiva.

Esse primeiro parágrafo do texto traz duas informações relevantes.

A primeira é a base tributária.

O que seria base tributária? A base tributária é a parcela monetária de um determinado bem ou serviço, renda, patrimônio ou folha de pagamento que revela a capacidade do cidadão e/ou de uma empresa contribuírem com a manutenção das políticas públicas.

A segunda diz respeito à capacidade contributiva, que é a dimensão econômica particular do contribuinte de determinado imposto. Na medida do possível, os **impostos** devem ser suportáveis pelo contribuinte de acordo com a sua condição econômica.

Sabe-se que, no Brasil, a carga tributária geral em 2020 foi de 31,64% do Produto Interno Bruto, que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país (fonte: site da Secretaria do Tesouro Nacional). Os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que são os 36 países mais desenvolvidos do mundo, tiveram uma carga tributária geral média em 2019 de 34,04%.

A razão pela qual a carga tributária do Brasil é, atualmente, muito próxima da média dos países mais desenvolvidos do mundo é tema interessante, mas que será tratado em outro momento.

O que importa nesse momento é saber o que o Brasil tributa e comparar com a média dos países da OCDE.

É esse o ponto que, sem nenhuma dúvida, traz mais indignação com o sistema tributário brasileiro. O Brasil tributa muito os bens (produtos) e serviços, desde a sua produção até chegar às mãos do consumidor em qualquer estabelecimento comercial deste país.

Dos 31,64%, a carga tributária incide sobre as seguintes bases: 13,42% (bens e serviços), renda (7,06%), contribuições sobre a folha de pagamento (8,41%), patrimônio (1,58%) e demais **impostos** (1,18%).

Portanto, 42% de toda a arrecadação de **tributos** resulta do consumo de bens e serviços e apenas 22% da renda, do lucro ou dos dividendos.

Nos países da OCDE, 45,8% das receitas públicas derivam da tributação da renda e do lucro das pessoas físicas e jurídicas e apenas 20,4% advém da tributação dos bens e serviços, isto é, do consumo.

O Brasil tributa o consumo de bens e serviços mais que o dobro da média dos países da OCDE.

Essa é a face oculta da tributação brasileira, que sobrecarrega a incidência sobre o consumo de bens e serviços, de forma a tributar igualmente os desiguais em renda. Quando se concede benefício fiscal sobre o ICMS da cesta básica, por exemplo, trata-se igualmente pessoas que estão em condições opostas em relação à renda.

A tributação sobre o consumo pesa mais sobre os pobres do que sobre aqueles que detêm renda mais alta. Esta é a causa da regressividade do sistema tributário, que deve ser enfrentada em qualquer proposta de **reforma tributária**.

A sociedade e o Congresso Nacional devem se debruçar sobre propostas de **reforma tributária** que se traduzam na paulatina redução da tributação sobre a produção e o consumo e ampliem, em semelhante proporção, sobre bases tributárias que revelem maior capacidade econômica de contribuição de pessoas físicas e jurídicas como meio para se atingir a progressividade do sistema e, conseqüentemente, a justiça fiscal

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10613>

# Guedes defende estratégia do governo para a reforma

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu nesta quinta-feira, 22, a estratégia do governo de fatiar a **reforma tributária** para aumentar a viabilidade política da tentativa, feita há três décadas, de mudar o sistema de recolhimento de **impostos** do Brasil.

"Teria sido grande equívoco entrar na tal **reforma tributária** ampla. Não seria aceita por 5 mil prefeitos", disse Guedes durante debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em conjunto com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Ao transmitir confiança na evolução da agenda de reformas, Guedes fez um afago ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que, segundo ele, "marcha decisivamente nessa direção", e observou que o Senado deve retomar o apoio às reformas assim que concluir a CPI da Covid.

No caso da **reforma tributária**, porém, o ministro assinalou que foi necessário reduzir a ambição, deixando temas como a desoneração da folha de pagamentos para depois. O primeiro passo, então, foi propor ao Congresso a unificação de PIS e Cofins com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), convidando, em paralelo, governadores para discutir no Senado o acoplamento de **impostos** estaduais e municipais ao imposto federal.

"Vamos dar primeiro passo, aprovar CBS, IVA federal, e convidar governadores a aderirem à PEC no Senado".

**Site:**

<http://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=18411#page/1>

# Sabino: em agosto devemos entregar a reforma tributária do IR na Câmara

O deputado Celso Sabino (PSDB), relator da reforma do imposto de renda, disse nesta quinta-feira, 22, que a matéria pode ser votada pela Câmara no mês que vem. "Agora, este ano, se Deus quiser em agosto, a gente vai entregar pela Câmara, a primeira, a **reforma tributária** do imposto de renda do nosso País", afirmou Sabino, acrescentando que a **reforma tributária**, quando aprovada, será uma das maiores molas de propulsão do desenvolvimento econômico e emprego.

A ideia, segundo o parlamentar, é encaminhar, já no início de agosto, uma proposta "efetiva" e construída em consenso entre setor produtivo e governos.

Durante evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), junto com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Sabino informou ainda que a privatização dos Correios será aprovada pela Câmara nos próximos dias, enquanto a reforma administrativa será votada ainda neste ano.

Na avaliação do deputado, a decisão do governo de dividir a **reforma tributária** foi a melhor ideia para facilitar o avanço do tema no País.

Ele reafirmou que, apesar de críticas a excessos do texto, houve elogios à direção da reforma do imposto de renda, da qual é relator.

"Vamos reduzir a carga dos mais pobres. Metade dos contribuintes deve ficar isenta", comentou, sobre a atualização da tabela do imposto de renda. Em referência à tributação dos dividendos, ele pontuou que muitos que não vinham pagando imposto sobre a renda passarão a integrar base de arrecadação.

O relator destacou ainda que o texto propõe forte redução da alíquota do imposto de renda cobrado da pessoa jurídica, de 15% para 2,5% em dois anos, com impacto de R\$ 98 bilhões por ano a partir de 2023. "É como ir ao BNDES, emprestar R\$ 100 bilhões a empresas e dizer que não precisa pagar parcelas", comparou.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

# Previsões da arrecadação tributária pós-covid

O programa Tempo de Economia desta semana abordou o cenário da arrecadação tributária no Distrito Federal após a pandemia da covid-19. O panorama da crise e seus reflexos nas finanças públicas do DF foram apresentados pela secretária executiva de Acompanhamento Econômico, Patrícia Ferreira Motta Café, e o coordenador de Estudos Técnicos da Subsecretaria do Tesouro, Luciano Cardoso de Ban as Filho, ambas da Secretaria de Economia (Seec). O evento é transmitido de forma on-line e fica disponível no canal da secretaria no YouTube. Em destaque, uma análise profunda sobre o impacto da crise e as medidas adotadas pelo Governo do Distrito Federal para reaquecer a economia e manter o nível de arrecadação tributária em patamares necessários para viabilizar as políticas públicas governamentais. A secretária executiva Patrícia Café mostrou quais foram as piores momentos da crise, entre os meses de março e junho de 2020. Ela relatou os impactos no nível de atividade econômica, na prestação de serviços e na arrecadação tributária, motivadas pelas medidas de restrições adotadas para conter o avanço do coronavírus. Patrícia Café apresentou a metodologia utilizada pela Seec para calcular o real impacto da crise e o comportamento dos **tributos**.

**Site:**

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3236](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3236)

## Tributação da Renda (2)

**Raphael Pires do Amaral**

A renda é compreendida economicamente pelo somatório de consumo e acréscimo patrimonial de indivíduos. Ela é fruto da função de fatores de produção, quais sejam, terra, capital e trabalho. Esses fatores se combinam e funcionam dentro de cada realidade nacional - de produtividade, mercado e instituições do estado. Nessa conjuntura surge às nações a possibilidade de auferir receitas por meio de **tributos** que incidem sobre essa manifestação de riqueza denominada "renda".

Não é tarefa simples tributar a renda das pessoas (física e jurídica), ainda mais em um ambiente competitivo, desigual e disruptivo - como o atual. A política tributária a ser escolhida para tributar a renda das pessoas exige uma madura reflexão interdisciplinar, sem interesses classistas travestidos de interesses coletivos. A política tributária de uma nação é uma obra a ser construída coletivamente e que se volta à eficiência econômica e à equidade. A tributação da renda deve ser pensada - estrategicamente - no todo. Não deve permitir privilégios, tampouco aprofundar as desigualdades. Não pode reduzir o bem-estar de produtores e consumidores, muito menos deprimir a atividade econômica e o emprego. Para além do viés arrecadatório, um imposto inteligente sobre a renda não agride a produção de riqueza, não afugenta o capital (nacional e internacional) e não concentra a riqueza.

É preciso equilíbrio para assegurar o desenvolvimento socioeconômico nacional. É imprescindível superar os interesses individualistas e olhar para além da própria paróquia. É imperativo acabar com essa estrutura tributária anti-crescimento. O Brasil precisa abandonar definitivamente esse conservadorismo tributário (ineficiente, concentrador e amedrontado) e se render às evidências empíricas e aos avanços da teoria da tributação.

**Site: [https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp\\_site/issue-d4dcef7c6eb8d95f1e7beed9cd6f6aa1.pdf](https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-d4dcef7c6eb8d95f1e7beed9cd6f6aa1.pdf)**

# Fundão eleitoral foi inflado sem emenda para não deixar rastro

*Thiago Resende e Danielle Brant Brasília*

Nenhum congressista apresentou emenda pedindo que o fundo eleitoral para 2022 tivesse o aumento bilionário aprovado pelo Congresso na semana passada.

A mudança no texto foi feita diretamente pelo relator da proposta, Juscelino Filho (DEM-MA), a quem coube a função de operador das negociações partidárias que ocorreram nos bastidores. A estratégia de não apresentar uma emenda ao texto teve o objetivo de não deixar registros da movimentação.

No relatório, Juscelino Filho não detalhou o expressivo aumento da verba. "Ademais, aperfeiçoamos os parâmetros definidores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha", limitou-se a escrever.

Foi apenas no meio de 176 artigos, além de 8 anexos, em um relatório de 521 páginas, que entrou o trecho prevendo um cálculo mínimo para o fundão. A conta de R\$ 5,7 bilhões teve de ser feita por técnicos do Congresso, pois o texto não expõe o valor exato.

Procurado, Juscelino Filho não quis comentar sobre o processo para inflar o fundo nem o motivo para incluir tal medida no relatório.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) agora promete vetar a expansão bilionária dos recursos para a campanha em 2022. Nas eleições de 2018 e de 2020, a verba ficou em tomo de R\$ 2 bilhões.

Interlocutores do Palácio do Planalto passaram a negociar com caciques partidários para que o fundo fique próximo de R\$ 4 bilhões. Alguns querem mais - algo como R\$ 4,5 bilhões. O argumento é que a campanha nacional e nos estados em 2018 foi muito enxuta.

Foram apresentadas mais de 2.600 emendas na CMO, comissão de deputados e senadores que analisa questões orçamentárias.

Nesse total, havia a emenda do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), que tratava especificamente do fundo eleitoral. O objetivo era limitar o valor do fundão ao de 2020, corrigido pela inflação. A proposta não foi acatada pelo relator.

Em vez disso, Juscelino Filho acrescentou um dispositivo que indica que o fundo eleitoral será financiado com parte das emendas de bancada estadual e 25% da verba da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022. Isso resulta nos R\$5,7 bilhões.

Segundo técnicos do Congresso, é permitido que o relator faça esse tipo de alteração direto no parecer, sem a necessidade de uso de uma emenda previamente apresentada ao projeto.

No entanto, é comum que temas de interesse dos parlamentares sejam concretizados em uma sugestão de mudança ao texto. Isso facilita a negociação e abre a possibilidade de pedir votação específica para incluir o trecho, mesmo se o relator não acatar.

Nesse caso do fundão eleitoral, não foi necessário. O acordo partidário, envolvendo siglas de diversas alas políticas, foi feito às vésperas da votação de quinta-feira (15).

Para tentar garantir um valor mais alto do que nas eleições anteriores, o Congresso já incluiu no projeto da LDO (lei que dá as bases do Orçamento) de 2022 uma previsão do piso para essa despesa.

A versão da proposta de LDO com a expansão do fundo eleitoral foi apresentada na madrugada de quinta e, no mesmo dia à noite, já havia completado a tramitação no Congresso. Isso inclui a comissão responsável por assuntos orçamentários, votação na Câmara e no Senado.

Bolsonaro diz que vetará esse trecho sobre o valor inflado para o financiamento de campanha. Caciques partidários querem evitar o confronto e a derrubada do veto. Isso ampliaria o desgaste do Congresso, criticado nas redes.

Por isso, a saída apontada é uma negociação por um patamar mais baixo. A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) defende algo próximo dos R\$ 2 bilhões gastos nas campanhas e eleitorais anteriores. A proposta não agrada a líderes partidários.

Se o valor não mudar, a aprovação dos R\$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral não só elevará o país ao topo do ranking de uso de dinheiro público nas campanhas

como possibilitará um gasto médio de mais de R\$ 250 mil por candidato nas eleições do próximo ano.

O valor representa a divisão da verba pública total prevista -R\$ 5,7 bilhões do fundo eleitoral, mais R\$ 972 milhões do fundo partidário-, dividido pelos cerca de 26 mil candidatos que foram lançados pelos partidos na eleição de 2018.

Na LDO de 2020, que contemplava verba para eleições municipais, o então relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), inicialmente tentou dobrar os recursos para o fundo eleitoral, ao incluir no projeto autorização para destinar até 0,44% da receita corrente líquida ao instrumento de financiamento de campanhas.

O valor sairia de R\$ 2 bilhões para cerca de R\$ 3,7 bilhões. No entanto, o forte desgaste político gerado fez com que recuasse e mantivesse o valor próximo de R\$ 2 bilhões.

Na época, Bolsonaro sinalizou que vetaria o fundo eleitoral, mas recuou argumentando que, do contrário, poderia ser alvo de um processo de impeachment.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

97

# Novo Bolsa não está garantido, diz economista

*/ DANIEL WETERMAN, THAIS BARCELLOS e PEDRO CARAMURU*

A folga no teto de gastos e o aumento da arrecadação federal não dão segurança para o governo garantir um aumento do Bolsa Família para R\$ 300, afirmou o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, durante o Broadcast Live.

Salto avaliou que, apesar de haver uma folga na regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação** em 2022, o espaço para ampliar investimentos é ilusório e impulsionado por fatores negativos, como o avanço da **inflação**. Durante a entrevista, ele destacou que, mesmo com o espaço, poderá faltar recursos para viabilizar a promessa do presidente Jair Bolsonaro de ampliar o programa Bolsa Família do valor médio de R\$ 190 para R\$ 300.

Em relatório recente, a IFI calcula que o espaço para ampliação de despesas em 2022 será de R\$ 47,3 bilhões, mas pode diminuir caso a **inflação** de dezembro, que baliza outros benefícios sociais, avance. Em um dos cenários mais extremos, caso a **inflação** ultrapasse a projeção para dezembro do INPC - atualmente estimado em 5,8% - em 1,5 ponto porcentual, esse espaço cairia para R\$ 28 bilhões.

Segundo Salto, há uma incerteza muito grande sobre os índices de **inflação**, notadamente, o INPC (que corrige o salário mínimo) e o IPCA (índice oficial).

"Essa folga do teto é um pouco ilusória porque ela está sendo gerada por fatores negativos, por um descolamento da **inflação** em relação à dinâmica que se tinha antes. A aceleração da **inflação** foi causada pelo dólar, pela aceleração no preço das commodities. Então, não tem nada de positivo", disse. O diretor da IFI lembrou que os políticos estão de olho nessa folga e buscarão espaço para outras despesas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A FARRA COM O DINHEIRO PÚBLICO

## (2)

**CLÁUDIO LAMACHIA Advogado e ex-presidente nacional da OAB**

O Congresso Nacional surpreendeu a todos na última semana quando aprovou um inaceitável e absurdo aumento das verbas destinadas ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha. De R\$ 2 bilhões - que já era um escárnio - passaram para inacreditáveis R\$ 5,7 bilhões em plena pandemia, com o Brasil atravessando uma grave crise econômica, com significativo índice de desemprego, miséria, inflação e muitas empresas indo à falência.

E preciso lembrar aos atores envolvidos nessa aprovação que os mandatos que deveriam honrar têm como destinatários os cidadãos. O Estado brasileiro não pode continuar sendo usado em proveito próprio de alguns. O sistema político é viciado em dinheiro público e mais uma vez dá um tapa na cara do eleitor que deve responder na urna no próximo pleito eleitoral. Nesse cenário de escassez, os partidos são os únicos a receber um dispendioso presente numa aventura legislativa indecente. Não se trata aqui de demonizar partidos. Eles são essenciais à democracia, mas o custo que pretendem impor à sociedade é incompatível com a realidade econômica que enfrentamos. Sob o ponto de vista do eleitor - que pouco tem sido ouvido pelos seus eleitos - o investimento nos partidos e candidatos tem resultado absolutamente duvidoso.

A democracia não tem preço, mas a fatura está alta demais. Evidente que nosso processo eleitoral chegou à exaustão. E hora de se implementar o "recall" político, dispositivo pelo qual os mandatos podem ser abreviados, quando o político perder a confiança do eleitor. Alguns dos nossos políticos estão mais preocupados com a sustentação de seus próprios mandatos do que com a efetivação de políticas públicas. A carga tributária no país já é desproporcional às contrapartidas, e a cada novo momento se aprovam novas regalias.

A possibilidade de decisões como essa, sim, é uma cruel distorção da atividade parlamentar que depõe contra a classe política. Se temos como certo que não há democracia sem política e que não há política sem políticos, também podemos apelar aos bons parlamentares para que peçam publicamente que o presidente da República vete o indecente fundo

eleitoral aprovado.

**Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2022029#page/1>**

# A espera da revisão

**Lívia Carvalho** [livia.carvalho@svm.com.br](mailto:livia.carvalho@svm.com.br)

Com a ação de revisão da taxa de correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a partir de 1999 suspensa, a estimativa é que a perda dos rendimentos dos trabalhadores tenha chegado a mais de R\$ 2,7 bilhões somente no mês de julho, de acordo com o Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT).

A ação direta de inconstitucionalidade (Adin), que seria julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no 13 de maio, foi tirada de pauta e ainda não há previsão de quando será retomada. Movida em 2014 pelo partido Solidariedade, a ação questiona o uso da taxa referencial (TR) como correção dos depósitos feitos no FGTS, já que o índice está zerado.

O cálculo do IFGT se baseia no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que no dia 10 de julho estava em 0,96%. Dessa forma, estima-se que o governo deixou de creditar nas contas de trabalhadores cerca de R\$ 8,56 bilhões, se considerados juros compostos.

No acumulado, desde janeiro de 1999, os expurgos da TR geraram uma perda de R\$ 561 bilhões. Para o presidente do IFGT, Mario Avelino, o índice de correção deveria ser o INPC, pois a TR não está sendo capaz de compensar a **inflação**, o que traz prejuízos aos trabalhadores e reduz o poder de compra. Os trabalhadores que tiveram contribuição ao FGTS de 1999 a 2013 podem dar entrada na revisão por meio de um processo na Justiça, pois a decisão do STF pode beneficiar apenas esses casos.

"Em função do grande rombo de R\$ 561 bilhões, a decisão pode ser política de só dar ganho aos trabalhadores que entraram com uma ação na justiça para reaver as perdas até a data do julgamento no STF", afirma Avelino.

Para saber quanto foi perdido, o IFGT criou uma calculadora considerando o INPC ao invés da TR. Basta selecionar os anos em que trabalhou com carteira assinada. Então, especificar quantos salários mínimos recebeu naquele ano. Conforme Avelino, caso a TR se mantenha em 0, a estimativa para os próximos cinco anos segue sendo de perda de 108%, considerando uma **inflação** média de 4% ao ano.

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Ministérios já disputam gestão do FAT e do FGTS

**GERALDA DOCA E DANIEL GULLINO**

O anúncio da recriação do Ministério do Trabalho está gerando uma disputa entre técnicos do Ministério da Economia e futuros integrantes da nova pasta. No alvo da divergência está a gestão do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Pelo desenho atual, esses fundos estão na alçada da Secretaria de Fazenda, em um departamento específico, e não na Secretaria de Previdência e Trabalho, que será desmembrada. Segundo fontes, a tendência é que o FAT fique com a nova pasta. Os comandos do FAT e do FGTS não foram integrados à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que será transformada no Ministério de Emprego e Previdência para acomodar Onyx Lorenzoni. Sendo assim, eles não precisam ser transferidos automaticamente para a nova pasta.

No entanto, há incertezas porque antes do atual governo, FGTS e FAT eram vinculados ao extinto Ministério do Trabalho. A principal preocupação dos técnicos é com a administração dos recursos desses

fundos. A **reforma ministerial** que se delineia foi feita para ampliar espaço do Centrão no governo, e há receio sobre como serão geridos os fundos usados em políticas sociais.

Com ativos em torno de meio bilhão de reais e um Orçamento de R\$ 68,9 bilhões para habitação, principalmente o programa Casa Verde e Amarela e saneamento, o FGTS tem hoje gestão técnica, monitorada pelo Conselho Curador, formado por representantes do governo, dos empregadores e trabalhadores.

'SAI GABIGOL, ENTRA PEDRO'

O mesmo ocorre com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem orçamento de R\$ 85,8 bilhões. O fundo é responsável pelo pagamento do seguro-desemprego, abono salarial, além dos repasses ao BNDES a projetos em infraestrutura. A presidência é alternada entre membros do Conselho Deliberativo do FAT.

Os técnicos ligados ao ministro da Economia, Paulo Guedes, querem manter os fundos no Ministério da Economia, pois consideram que haverá uma gestão mais técnica. Já pessoas que farão parte da nova

pasta e representantes de trabalhadores nos conselhos pretendem mantê-los ligados ao Trabalho.

Sem margem no Orçamento da União, o FGTS é alvo dos governos para estimular a economia e fazer política pública. Antes de se tornar deficitário, o FAT já foi usado no passado para concessão de crédito e programas de qualificação.

Com relação a novos programas de emprego, o governo avalia que isso foi incorporado pelo Congresso e que não haverá mudanças significativas com a dança das cadeiras na Esplanada dos Ministérios. O programa para jovens de até 29 anos e pessoas de mais de 55 anos que estão desempregadas foi elaborado pelo Ministério da Economia.

O atual secretário de Previdência e Trabalho de Guedes, Bruno Bianco, que ajudou a formular as políticas para a área, prometeu ao corpo técnico manter as equipes, caso seja confirmado como secretário-executivo do novo ministério.

Onyx Lorenzoni vai levar, porém, o Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), que vem sendo divulgado por Guedes e tem dados positivos de geração de vagas com carteira. Ontem, Guedes disse que a criação do ministério não vai afetar o "coração" da política econômica.

-Está havendo uma reorganização interna sem nenhuma ameaça ao coração da política econômica, zero ameaça. Zero.

O ministro disse que há dificuldades na relação com o Senado e que as mudanças são naturais. Ele comparou a troca de responsabilidade pela política de emprego ao time do Flamengo, do qual é torcedor.

- Estava comigo, passa para o Onyx, mas segue o mesmo jogo. Não muda nada. Sai o Gabigol e entra o Pedro. O jogo segue e vamos ganhar o jogo -disse em referência ao atacante titular e o reserva.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Agenda imediata de Ciro Nogueira na Casa Civil inclui aprovação de Mendonça e acordo sobre o fundo

*Bela Megale, Mariana Muniz, Julia Lindner e Bruno Góes*

BRASÍLIA - Anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro como futuro ministro da Casa Civil, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), assumirá com duas missões no curto prazo. Uma delas é vencer resistências no Senado à indicação do advogado-geral da União, André Mendonça, para o Supremo Tribunal Federal (STF). A outra é construir um acordo e uma solução técnica para o fundo eleitoral que financiará as campanhas no ano que vem. Bolsonaro disse considerar alto o valor de R\$ 5,7 bilhões aprovado pelo Congresso e pretende vetá-lo.

Apesar de a anunciada **reforma ministerial** preservar a Secretaria de Governo, comandada por Flávia Arruda, a quem cabe formalmente a articulação política, Nogueira foi escalado para preencher lacunas nessa área. Ele é considerado um político experiente em costuras de bastidores e tem trânsito no Senado, onde o governo tem enfrentado dificuldades.

Mesmo sem ter sentado ainda na cadeira, Nogueira já garante a aliados que o Senado vai aprovar o nome de Mendonça para o STF. Entre suas funções está a de arrefecer os ânimos de seu colega de partido, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que trabalhou abertamente contra o escolhido de Bolsonaro.

Até a semana passada, as previsões de aprovação de Mendonça eram pessimistas, inclusive entre integrantes da base do governo. Eles calculavam que o indicado tinha cerca de 20 votos, quando são necessários 41 para sua aprovação.

Antes de ser anunciado por Bolsonaro, o nome de Mendonça foi abertamente criticado por Lira, que disse a integrantes do governo e do STF se tratar de "um erro" e que Mendonça seria o "Fachin" do presidente.

Edson Fachin é apontado por políticos do Centrão como exemplo de "traidor". Indicado ao STF pela então presidente Dilma Rousseff em 2015, o ministro sofreu resistência no Senado e despontou na Corte como um dos maiores defensores da Lava-Jato, operação que atingiu o coração do PT, partido de

Dilma, e suas lideranças.

O anúncio feito por Bolsonaro, na última terça-feira, de que vai reconduzir Augusto Aras para o comando da Procuradoria-Geral da República (PGR) também contribuiu para mudar o cenário da indicação de Mendonça ao STF. Isso porque tirou do páreo o principal concorrente à vaga aberta com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello, que era o próprio Aras, e colocou as duas candidaturas para andarem juntas no Senado, onde ambos serão sabatinados.

Na avaliação de interlocutores do chefe da AGU, incluindo dois ministros do STF ouvidos pelo GLOBO, o anúncio da recondução de Aras dois meses antes do fim de seu mandato foi uma maneira de Bolsonaro trabalhar pelo seu indicado ao STF - um gesto em prol de sua campanha.

Outra tarefa no horizonte de Ciro Nogueira, caso assuma a Casa Civil, é o impasse em torno do fundo eleitoral. Parlamentares do Centrão ainda tentam reverter a posição favorável de Bolsonaro ao veto de trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que aumentou para R\$ 5,7 bilhões o valor destinado às campanhas no próximo ano.

Deputados e senadores não acreditam que a solução seja um simples veto. A aliados, os líderes do governo na Câmara e no Congresso, Ricardo Barros (PP-PR) e Eduardo Gomes (MDB-TO), apostam no diálogo para resolver a questão. Veem ainda o período de 15 dias até a oficialização da sanção ou do veto como uma oportunidade de debater o assunto com calma.

Gomes afirma que uma solução poderia ser indicar o valor de R\$ 2,7 bilhões para o fundo. A conta leva em consideração o montante reservado aos partidos na eleição de 2018 (R\$ 2 bilhões), com acréscimo de R\$ 700 milhões para que as siglas possam bancar o retorno da propaganda partidária na TV e no rádio.

Neste caso, o veto seria acompanhado de um projeto de lei para corrigir o parâmetro do fundo eleitoral na LDO. Este valor, no entanto, é considerado baixo no Congresso.

Outra solução é gestada pelo presidente da Câmara. A alternativa seria o corte de parte das despesas com a Justiça Eleitoral no Orçamento de 2022. O fundo é calculado proporcionalmente aos recursos destinados à Justiça Eleitoral, um corte nesse montante reduziria o valor final do fundo eleitoral - um valor em torno de R\$ 4 bilhões é citado por defensores deste plano.

"Melhor interlocução"

Ontem, Bolsonaro afirmou em transmissão ao vivo que ainda vai conversar com Nogueira, na próxima segunda-feira, para que seja batido o martelo. O presidente afirmou que o ideal é que seja um senador para a interlocução com o Congresso.

- Entendemos que uma melhor interlocução com o Parlamento seria por meio de um senador. E quando as pessoas falam em Centrão, o que a grande mídia quer é afastar os políticos do centro, mais ao centro, de mim. São aproximadamente 200 parlamentares (no Centrão). Se eu abrir mão desses 200, sobram 300, e não tem mais quórum para votar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Desses 300, metade é da esquerda, que nunca vão votar conosco. E os outros 150 são mais ou menos independentes - disse Bolsonaro.

Em seguida, o presidente tratou da necessidade de ter Nogueira ao seu lado - o parlamentar tem, inclusive, bom relacionamento com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid e adversário do Planalto.

- Então, a ideia de trazer o Ciro, conversei com ele rapidamente por telefone. Devo, devo não, vou conversar com ele na segunda-feira para depois tomar a decisão. Não vai ser um casamento pela internet. Eu conheço o Ciro. Integrei mais da metade do meu tempo como parlamentar no PP, mais de 20 anos. Seria a melhor interlocução com o Parlamento brasileiro.

Bolsonaro minimizou uma entrevista de Nogueira, em 2017, e que viralizou nos últimos dias, na qual ele o chama de "fascista":

- Vi o vídeo que ele me chama de fascista. Me chamou lá atrás. Mas as coisas mudam. Tive posições no passado que não assumo mais hoje. (Colaborou Evandro Éboli)

Links País 22.07

**Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/agenda-imediate-de-ciro-nogueira-na-casa-civil-inclui-aprovacao-de-mendonca-acordo-sobre-fundao-25122458>**